

LEAL, L., coord. **Reforma agrária da Nova República; contradições e alternativas.** São Paulo, Cortez/EDUC, 1985. 120p.

O livro coordenado por Laurindo Leal é resultado de um debate promovido pela Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (EDUC) no momento mesmo da divulgação, pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, sobre a Proposta para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Ele é composto de seis contribuições críticas apresentadas por Bastiaan Reydon, Ricardo Abramovay, Paulo Sandroni, Ladislaw Dowbor, Geraldo Muller e José Graziano da Silva. Como anexo a esses textos, é trazida a versão completa oficial do MIRAD para a Reforma Agrária.

O primeiro texto do livro é de autoria de Bastiaan Reydon. Ele faz uma síntese crítica da Proposta onde alerta para o fato, às vezes esquecido, de que, 1^o) o Plano ainda não é uma lei (portanto, pode vir a ser frustrado), e 2^o) que esse Plano se baseia no Estatuto da Terra, promulgado em 1964.

No trabalho seguinte, Ricardo Abramovay consegue, mais uma vez, trazer toda a sua objetividade e brilhantismo na identificação de problemas relevantes na área. Um dos seus comentários refere-se à crença havida no Brasil de que sem a Reforma Agrária o capitalismo brasileiro seria estagnado. Segundo Abramovay, a própria performance do segmento agroindustrial se encarregou de demonstrar que o capitalismo no campo tem evoluído sem Reforma Agrária. Mas não é uma posição de

Ricardo Abramovay de que a Reforma Agrária seria algo inócua para o País. Embora tenha ocorrido um crescimento do capitalismo no campo, o autor não esquece o fato de que esse crescimento veio acompanhado de um desenvolvimento desigual e da persistência do parasitismo fundiário. Assim, para Abramovay, a Reforma Agrária continua um item importante na agenda da luta do povo brasileiro devido a fatores outros, tais como: o crescimento da quantidade de terras aproveitáveis e não utilizadas, gerando o chamado parasitismo latifundiário; a persistência dos problemas alimentar e de emprego; a persistência do poder político da oligarquia rural; e a necessidade de o homem do campo conquistar a sua cidadania através, sobretudo, do direito à moradia, ao trabalho independente e a melhores condições de vida.

Na colaboração ao debate trazida por Paulo Sandroni, há uma discussão clara de algumas das limitações do PNRA. A crescente concentração da propriedade fundiária, apresentada pela Proposta do PNRA como um dado quase que irretoquível, merece de Paulo Sandroni alguns reparos importantes. Assevera o autor que, quando se fala de concentração da terra no Brasil, é indispensável regionalizar a questão. Diz Sandroni: "As áreas novas, de ocupação recente, compreendem uma área extraordinariamente grande. E, é natural que nessas áreas novas onde o que impera é a especulação, a concentração da terra seja muito mais elevada em relação às áreas onde a agricultura já se encontra desenvolvida" (p.24). Devido a equívocos dessa ordem, o autor acredita existirem no PNRA evidentes problemas de classificação, o que faz com que a área real dos latifúndios seja menor do que a anunciada. Outras limitações trazidas pela Proposta do Plano é a ausência de especificação de um máximo de área que qualquer um possa ter como propriedade rural e as formas pouco sociais de indenizações das terras a serem desapropriadas. Como sugere o autor, as correções dessas limitações demandariam modificações do próprio Estatuto da Terra. Em síntese, para Sandroni o PNRA é "esquálido" e "inviável".

Outro autor que enfatiza a importância da Proposta, mas que não evita em apontar limitações importantes, é Geraldo Muller. Uma dessas limitações é a não-existência de qualquer linha sobre as profundas e radicais mudanças ocorridas nas atividades agrárias do País nos últimos anos. Diz o autor: "deixou-se de lado exatamente o processo que dá a direção dos demais processos em curso ou que se pretendem criar, inclusive a RA" (p.49). O que Muller tenta demonstrar é que a Reforma Agrária "não poderá jamais ser uma questão fora dos imperativos postos pelo núcleo dinâmico do complexo industrial" (p.52).

Ladislav Dowbor focaliza o seu trabalho no estabelecimento de uma discussão ligando a Proposta do MIRAD para a Reforma Agrária às transformações da agricultura. Por outro lado, José Graziano da Silva enriquece também a visão do leitor sobre a problemática da Reforma Agrária através do levantamento de uma série de pontos importantes de discussão como o posicionamento conceitual da distinção entre questão agrária (aquela que diz respeito às relações de produção, isto é,

como e quem produz) e questão agrícola (aquela que se refere aos aspectos específicos da produção, isto é, a problemática relacionada ao que e quanto produzir). Na argumentação de Graziano da Silva, “a solução da modernização da agricultura, acelerada com a ‘industrialização’ dos campos nos anos 60/70, se de um lado resolveu a crise agrícola (. . .) só veio a agravar a crise agrária” (p.60). No texto, Graziano da Silva, além de fazer uma análise do MIRAD/INCRA para a Reforma Agrária, tece importantes comentários sobre as propostas apresentadas antes e durante o período político que se instala a partir de 1964.

O livro trata de um espectro grande de problemas que, sem dúvida, colabora para o enriquecimento do debate que se estabelece sobre a questão da Reforma Agrária no Brasil. Assim, está de parabéns a iniciativa conjunta da EDUC/Cortez.

Ivan Sergio Freire de Sousa
EMBRAPA/DDT